

## RESENHA

### CAIO PRADO JUNIOR. “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Colônia”

**Valéria Ferreira Santos de Almada Lima**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

#### DADOS BIOGRÁFICOS, FONTES DE INSPIRAÇÃO E CONTEXTO INTELECTUAL

Caio da Silva Prado Junior nasceu em São Paulo, em 11 de fevereiro de 1907. Filho de família aristocrática, graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1928, já despontando como intelectual em 1933, com a publicação de “*Evolução Política do Brasil*”, o seu primeiro livro.

Militante do Partido Comunista Brasileiro, Caio Prado Junior exerceu mandato eletivo e alguns cargos de direção partidária, tendo se caracterizado, nesse campo, assim como em todas as demais frentes em que atuou, pela coerência e independência de suas posições. Foram exatamente esses atributos que possibilitaram ao autor desenvolver uma penetrante e devastadora crítica às concepções teóricas dominantes no âmbito de seu próprio partido e da esquerda brasileira em geral, bem como à prática política delas decorrentes. Tal crítica, embora perpassasse toda a sua trajetória política e intelectual, culmina com a publicação de “*A Revolução Brasileira*”, em 1966, considerado seu livro o mais controvertido e de maior repercussão.

Quanto às fontes teórico-metodológicas nas quais Caio Prado buscou inspiração, destaca-se Karl Marx, fundador do materialismo histórico, de quem incorporou, muito mais do que conceitos e esquemas interpretativos abstratos, o método de investigação, sendo a sua obra, por isso mesmo, considerada “um caso bem sucedido de nacionalização do marxismo”. (RICUPERO, 2000)

A postura não-dogmática que caracteriza o autor, distinguindo-o de seus contemporâneos marxistas do Brasil e da América Latina, lhe valeu o mérito de ser considerado o pioneiro na utilização do marxismo como ferramenta para a apreensão das especificidades da formação econômico-social brasileira. (COUTINHO, 2000, p. 223).

Tal mérito é tanto maior, quando se observa o meio intelectual em que vivia Caio Prado Junior, nas décadas de 30 e 40: marcado pela ausência de um ambiente universitário consolidado e pelo relativo isolamento em que produziu as suas principais obras. Tratava-se, com efeito, de um ambiente

inteiramente diverso daquele em que atuaram, no final dos anos 50 e início dos 60, os chamados marxistas uspianos e teóricos da dependência, os quais, nutrindo-se de uma rica vida acadêmica, contaram com as condições mínimas necessárias para fundar, em torno de si, uma tradição marxista genuinamente brasileira.

Além do referencial teórico marxista, o autor em análise utilizou fortemente os conhecimentos adquiridos no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da USP. Embora não concluído, esse curso lhe forneceu valiosos subsídios para o conhecimento mais profundo da realidade brasileira, enriquecendo-o ainda com o recurso da observação direta, do qual lançou mão, nas freqüentes viagens realizadas pelo país. (LAPA, 2001, p. 260)

O objeto central de preocupação de Caio Prado Junior era a formação da sociedade brasileira e, particularmente, os condicionantes do processo de transição entre a Colônia e a Nação. Instigava-o a percepção da necessidade de empreender uma nova forma de interpretação do Brasil que refletisse a sua real identidade, em contraposição à perspectiva até então dominante, de cunho idealista, obcecada com a dicotomia entre o país ideal e o país real.

Nesse sentido, nosso autor se aproxima de outros dois intelectuais não-marxistas que, juntamente com ele, formam o trio conhecido, no campo da teoria literária e das ciências sociais, como “a geração de 30”, cujas obras clássicas que lhe valeram esse título foram “*Casa Grande e Senzala*”, de Gilberto Freire, publicado em 1933, e “*Raízes do Brasil*”, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936. “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, de Caio Prado Junior, publicado em 1942, completa este importante elenco de “livros que inventaram o Brasil”, na concepção de Fernando Henrique Cardoso e que conferiram aos seus autores a láurea de “demiurgos do Brasil”, atribuída por Antônio Cândido.

Segundo Francisco de Oliveira, o que há de novo na maneira de compreender a formação da sociedade brasileira, moldada pela geração de 30 (e posteriormente compartilhada por outros pensadores da década de 50, também relevantes para a sedimentação da *intelligentzia* nacional),

[...] é a construção de uma complexa relação entre teoria e história. Assim, não há uma teoria que se aplique à história, nem o contrário, uma história que seja explicada pela teoria [...]. Distanciam-se assim, [os referidos autores] da tradição que ficou conhecida no Brasil como bacharelesca, que buscava enquadrar a realidade, a história, em pré-conceitos, em modelos abstratos, para fazer a crítica da história real. (OLIVEIRA, 2001, p. 318).

O contexto sócio-histórico em que se inspiravam os nossos intérpretes da geração de 30 era marcado pela crise da economia cafeeira e da República Velha, cujos desdobramentos foram o avanço da industrialização e a Revolução de 30. Em estreita consonância com esses processos de transformação pelos quais passava o país, ganhava corpo, no plano cultural, o movimento modernista brasileiro, demarcando uma mudança de postura dos intelectuais, expressa no maior compromisso com a tarefa de compreender a realidade sócio-política brasileira em que viviam, com vistas a transformá-la.

Assim sendo, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, como frutos de tal tendência, desenvolveram, embora sob perspectivas metodológicas distintas, interpretações globais do Brasil. Ao captarem os traços essenciais de nossa formação, contribuíram, no plano do pensamento, para a reconstrução da sociabilidade e da identidade nacionais, fornecendo, dessa forma, os fundamentos teóricos indispensáveis à orientação da ação política.

As vantagens de Caio Prado Junior, em relação aos seus contemporâneos da geração de 30, decorrem de sua extraordinária acumulação historiográfica e da tomada da *totalidade* como pressuposto, o que se explica pelo próprio método marxista de análise no qual se fundamenta.

## ESTRUTURA E CONTEÚDO DO LIVRO

Três grandes partes compõem a estrutura da obra aqui em estudo: “*Povoamento*”, “*Vida Material*” e “*Vida Social*”, as quais se subdividem, respectivamente, em quatro, nove e três capítulos. Estas são antecedidas por uma *Introdução* e por um capítulo inicial intitulado “*Sentido da Colonização*” que contém a síntese e ao mesmo tempo o pressuposto de toda a argumentação desenvolvida pelo autor, ao longo dos demais capítulos.

Merece ainda destaque especial a “*Bibliografia e Referências*” em que se baseou o autor, cuja particularidade é conter um grande volume de fontes primárias, expressas em documentos oficiais, correspondências de autoridades e de viajantes, memórias, etc., as quais se sobressaem em relação às obras da literatura historiográfica, demonstrando

ser a “*Formação do Brasil Contemporâneo*” o resultado de ampla e profunda pesquisa acerca do período colonial.

O conteúdo da exposição contempla, na *Introdução*, a indicação do tema, a formulação dos problemas e a delimitação do objeto de estudo. É aqui também que o autor justifica, logo nas primeiras linhas, o corte cronológico que decide privilegiar: o início do século XIX.

Não se trata de uma escolha aleatória. Tendo como tema central a transição entre a Colônia e a Nação, bem como a imbricada relação existente entre esses dois momentos da evolução histórica brasileira, Caio Prado identifica o período em foco como “um ponto morto”, “uma etapa decisiva”, por se constituir, ao mesmo tempo, “uma síntese” dos três séculos de colonização e a “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje”. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.9)

Na ótica do autor, portanto, nesse período, havia se completado a obra de colonização portuguesa, no Brasil, cujos elementos constitutivos se esgotavam, sinalizando para o “início de um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado”. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 10).

Eis aí a grande questão com que se preocupa Caio Prado Junior, a partir da qual ele delimita seu objeto de estudo: a presença marcante do passado colonial em todas as dimensões (geográfica, econômica, social e política) do Brasil-nação de 1942, visto como “um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou forma” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 11). Daí a necessidade identificada pelo autor de mergulhar nos três séculos de colonização em que se constituíram os fundamentos de nossa nacionalidade, para colher dados indispensáveis à compreensão do Brasil contemporâneo.

Uma vez delimitado o objeto de estudo, qual seja, uma síntese do Brasil após três séculos de evolução colonial, Caio explicita, no Capítulo I, o que denominou de “*sentido da colonização*”: “um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso” que é a história do desenvolvimento do comércio e da expansão ultramarina européia, iniciada no século XV. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 20).

É a partir da compreensão desse fenômeno maior que podemos identificar as particularidades das colônias de exploração, prevaletentes na região tropical e subtropical do continente americano (entre as quais se inclui o Brasil), em relação às colônias de povoamento que se estabeleceram na zona temperada. Enquanto estas últimas se constituíram movidas, sobretudo, por razões de ordem econômica e político-religiosas, tais como o cercamento de terras, na Inglaterra, e a perseguição aos puritanos, as primeiras derivaram de um empreendimento essencialmente comercial.

Daí o autor definir a colonização nos trópicos como "uma vasta empresa comercial", cujo único objetivo é fornecer produtos primários de alto valor para o mercado externo. Tendo como base a produção agrícola e mineradora realizada em grande escala, ela se organiza em torno de "grandes unidades produtoras que reúnem um número relativamente avultado de trabalhadores", recrutados "de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados" e dirigidos pelo colono branco. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 29 e 31).

Sobre tal estrutura, conclui Caio, ergueu-se nos trópicos "uma sociedade inteiramente original", diferentemente do que ocorreu na zona temperada, onde se formou uma sociedade que, embora com caracteres próprios, guardou semelhanças em relação à do continente europeu donde se originou, revelando-se mesmo "pouco mais do que simples prolongamento dele". (PRADO JÚNIOR, 1972, p.27 e 31).

Essas observações acerca do *Sentido da Colonização*, por serem consideradas a chave para a compreensão do conjunto, são recorrentes, sendo retomadas pelo autor ao término do exame de cada setor da realidade histórica brasileira que constitui o objeto dos demais capítulos.

Segundo Fernando Novais, é exatamente esse movimento do discurso que revela o caráter dialético do pensamento de Caio Prado: "o sentido, isto é, a essência do fenômeno explica as suas manifestações e ao mesmo tempo explica-se por elas [...]. Recortado o objeto, a análise desdobra-se, portanto, em dois movimentos: da aparência para a essência e da essência para a realidade" (NOVAIS, 1986, p. 16)

A primeira manifestação do sentido da colonização, analisada pelo autor, em seu movimento de aproximação da realidade concreta, refere-se à forma particular assumida pelo povoamento do território brasileiro. Este teria se caracterizado por um flagrante desequilíbrio inicial entre o litoral e o interior, em favor do primeiro, exprimindo o caráter predominantemente agrícola da colonização e a decorrente "preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha". A penetração para o interior só se adensaria na primeira metade do século XVIII, quando da descoberta do ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás. (PRADO JR., 1972, p. 39)

Um destaque especial é dado à pecuária como importante fator de ocupação e integração do território, sendo ainda destacadas as especificidades da penetração ocasionada pelas fazendas de gado em relação àquela decorrente da mineração. Enquanto esta última se caracterizaria pelo deslocamento brusco e pelo desligamento dos núcleos mineradores entre si e em relação ao litoral, a primeira ter-se-ia desenvolvido de forma paulatina e por contigüidade, conservando os núcleos do interior "contato íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro

irradiador". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 55 e 56).

É a partir da análise das três grandes fases em que se processa a evolução do povoamento no Brasil, com seus fluxos e refluxos entre o litoral e o interior, ao sabor do desenvolvimento de cada ciclo econômico, que o autor constata a grande mobilidade da população, refletindo, mais uma vez, o caráter da colonização: aproveitamento aleatório de conjunturas passageiramente favoráveis, com vistas a um mercado exterior e longínquo. De fato, Caio Prado adverte que "[...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 73).

Essa primeira parte do livro que trata do *"Povoamento"* se encerra com o capítulo dedicado ao exame das raças que contribuíram para a formação de nossa nacionalidade. Nele o autor, seguindo a linha de Gilberto Freire, ressalta a mestiçagem como a solução mais eficiente encontrada pelos portugueses para a incorporação das populações indígena e negra aos objetivos colonizadores. Vista como "o signo sob o qual se formou a etnia brasileira" a mestiçagem teria resultado "da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças", fruto de sua antiga convivência com os mouros e com as populações negras da África, favorecida, por seu turno, pela própria posição geográfica de Portugal e intensificada pela invasão árabe, bem como pelo processo de expansão colonial iniciado no século XV. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 107 e 108).

Além dessa "predisposição do português em cruzar com raças exóticas", são ainda considerados fatores determinantes da miscigenação: o caráter individual e aventureiro que assumiu a emigração do colono português para o Brasil e a ausência de freios morais por parte das outras raças, sobretudo dos índios.

Nesse contexto, as uniões mistas envolvendo a raça dominadora e raças dominadas tornar-se-iam a regra, predominando, dentre estas, a do branco com o negro, mais do que do branco com o índio, devido ao maior peso relativo da população africana, à sua maior resistência física e ao seu contato mais íntimo com o colono português. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 110).

Traçado o quadro étnico geral da sociedade brasileira e realçadas algumas diferenças regionais, decorrentes do tipo de atividade econômica predominante e das especificidades assumidas pela colonização em cada parte do país, o autor dedica-se, então, à análise da *"Vida Material"* da Colônia, a qual mereceu a sua maior atenção.

Destaca, nesta dimensão, o lugar central ocupado pela grande exploração, voltada para produzir e exportar gêneros tropicais ou minerais de alto valor no mercado internacional, afirmando mesmo que "tudo mais [...] será subsidiário e

destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 119).

Assim sendo, o elemento fundamental e característico da organização econômica da Colônia, presente tanto na agricultura como na mineração, seria a grande unidade produtora, reunindo numerosos contingentes de trabalhadores escravos e dirigida pelo colono branco, que personifica a figura do "empresário explorador de grande negócio".

Para Caio Prado, "[...] é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema de riqueza que caracteriza a economia colonial" (Idem, p. 124). E, mais adiante, dando ênfase especial à grande lavoura da cana-de-açúcar, mas estendendo também suas observações às demais atividades fundadas na exploração em larga escala, complementa:

É deste tipo de organização [...] que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 143).

Um outro elemento fundamental que particulariza a economia colonial, sobressaindo-se na análise que faz o autor de cada atividade em que se concentra a grande exploração, é o seu baixo nível de desenvolvimento tecnológico, configurando, por conseguinte, um padrão de "exploração extensiva e especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país". (Idem, p. 129)

Nesse ponto do livro intitulado "*Vida Material*", são também abordados os setores que não pertencem à grande exploração, ou que nela têm um papel subalterno, constituindo o que Caio Prado considera o segmento inorgânico da economia, cuja lógica de funcionamento não é presidida diretamente pelos fins últimos que dão sentido à colonização. Incluem-se aí as atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a agricultura de subsistência, de baixa produtividade, localizada preferencialmente nas proximidades dos grandes centros urbanos a que se destina, e a pecuária, praticada de forma bastante rudimentar, sobretudo nos sertões nordestinos, mas de reconhecida importância, devido aos já mencionados benefícios por ela prestados à ocupação e integração do território, como também à função que desempenhou, no abastecimento da população.

Além dessas atividades, são ainda contempladas pelo autor outras, também de papel secundário na economia colonial, mas que merecem uma atenção detalhada em capítulos

específicos. Trata-se das produções extrativas desenvolvidas no vale amazônico, a maioria delas inexpressivas em termos de quantidade e de valor comercial, bem como das atividades de transformação, organizadas em corporações, nos centros urbanos, onde as profissões mecânicas são mais numerosas e autônomas, porém, reduzidas a simples acessórios dos estabelecimentos agrícolas e de mineração, fora daqueles centros. Neste capítulo, que trata das artes e indústrias, são destacados como ramos mais importantes o das manufaturas têxteis e o da metalurgia, dada a abundância das matérias-primas por eles utilizadas e a existência de um mercado interno de relativa importância. Não obstante, conforme atesta Caio Prado, nem mesmo esses ramos alcançaram grande vulto, devido às fortes restrições legais impostas pela coroa portuguesa e ao peso da concorrência inglesa, especialmente no caso da indústria têxtil.

O exame da estrutura econômica colonial encerra-se com os capítulos dedicados ao comércio e às vias de comunicação e transportes. Visto como o setor capaz de revelar, melhor que qualquer um dos outros pertencente à área de produção, o caráter de uma economia, o comércio colonial expressaria, para o nosso autor, o coroamento, a síntese da vida material da Colônia.

Assim sendo, o seu eixo fundamental não poderia ser outro que não o da exportação, pela via marítima, dos produtos tropicais, do ouro e do diamante para o mercado internacional, sob o monopólio da metrópole. "Em função dele, dispõem-se os outros setores acessórios do comércio da Colônia e que não têm outro fim que alimentar e amparar aquela corrente fundamental". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 135).

Nesta última classificação, incluem-se, em ordem de importância, a importação de escravos provenientes da Costa da África, o comércio interno de produtos de subsistência que abastecem as populações dos centros urbanos (visto que os estabelecimentos rurais são, em regra, autônomos) e, em proporções menores, a importação de gêneros alimentícios de luxo e manufaturados, consumidos pelos dirigentes da grande exploração agrícola ou mineradora.

A prioridade atribuída à esfera da circulação, em detrimento da esfera da produção, revelada explicitamente neste capítulo, mereceu a crítica de alguns autores, sendo entendida como resultante da não apropriação, por parte de Caio Prado, de algumas categorias marxistas fundamentais. Dentre estas, destaca-se, por exemplo, o conceito de modo de produção que tem pouco peso nas suas obras historiográficas, inclusive no livro aqui em análise.

Segundo Coutinho (2000, p. 223), embora tal limitação tenha levado o autor a cometer alguns equívocos (como confundir o predomínio de relações mercantis no período colonial com a existência de um sistema capitalista no Brasil), ao

contrário de negar, ela reafirma "a sua criatividade e os seus extraordinários méritos pioneiros enquanto intérprete marxista da história brasileira". Além disso, não o teria impedido de desenvolver uma análise fecunda e adequada da formação econômico-social brasileira da época colonial, definida como "um escravismo mercantil fundado na grande exploração rural, produtora de valores-de-troca para o mercado internacional". (COUTINHO, 2000, p. 224)

Por último, para complementar o quadro da vida material no Brasil-Colônia, Caio Prado ressalta o caráter difícil e moroso das vias de comunicação e transportes "que imprimem às relações da Colônia um ritmo lento e retardado", responsáveis, em boa dose, "pelo tom geral de vida frouxa que caracteriza o país". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 237).

Assim, a situação da economia brasileira no final do período colonial, retratada nesta parte do livro, caracteriza-se, em síntese, pela precariedade das bases em que se assenta, pela falta de dinamismo e de autonomia, bem como pela subordinação a objetivos completamente estranhos, condicionados pela conjuntura internacional. O autor atribui tal estado de coisas ao "trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano" (momento, como outros, em que deixa escapar certa dose de preconceito) e ao regime político e administrativo imposto pela metrópole, refletido, dentre outras coisas, no completo isolamento a que foi submetido o país; na política fiscal que, particularmente no ciclo da mineração, foi considerada "o capítulo mais negro talvez da administração colonial portuguesa"; no rudimentar sistema de educação, responsável pelo baixo nível cultural e intelectual da Colônia. Porém, para Caio, esses seriam apenas aspectos, dos menos profundos, do sistema geral que presidiu a colonização do Brasil. Destacar-se-ia, sobretudo, o regime econômico que tinha como estreito horizonte a produção de gêneros tropicais, sobressaindo mais ainda diante do acelerado desenvolvimento industrial e tecnológico já experimentado no mundo, no início do século XIX.

Estará aí, portanto, o cerne da explicação para o fato de que o Brasil, mesmo após abolido o regime colonial, com a Independência, mantinha o estatuto de produtor e exportador de gêneros para abastecer o comércio internacional, perpetuando-se como "uma feitoria da Europa". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 127).

A análise da "Vida Social" da Colônia, que ocupa a última parte do livro, aborda a "organização social", a "administração" e a "vida social e política". Uma ênfase especial é dada à escravidão e à sua "influência deletéria" na nossa formação, sendo mesmo entendida como o traço mais marcante que caracteriza a sociedade brasileira, no princípio do século XIX.

O autor distingue, logo de início, a escravidão americana das formas servis do mundo antigo,

advertindo que, enquanto estas últimas haviam brotado de todo o conjunto da vida social, material e moral de sua época, a primeira, como parte inerente da era dos grandes descobrimentos ultramarinos, será

um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa, a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo", insinuando-se como um "corpo estranho na estrutura da civilização ocidental em que já não cabia [e contrariando-lhe] todos os padrões morais e materiais estabelecidos. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 270)

Aqui é evidente o tom de indignação e de condenação moral impresso nessa severa crítica que faz Caio Prado à capacidade que teve a Europa de fazer renascer das cinzas uma instituição que parecia definitivamente abolida, sem qualquer escrúpulo de ter que despojar-se, para tanto, de todos os valores éticos sobre os quais se erigia a civilização ocidental moderna.

Outra especificidade do instituto escravista moderno, que teria pesado desfavoravelmente na civilização ibérica e, particularmente, na constituição das colônias americanas, estaria relacionada aos componentes étnicos de que teve de lançar mão, representados pelos indígenas americanos e negros africanos. De fato, em alguns de seus deslizes preconceituosos, o nosso autor afirma que se trata de "povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores, [...] simples máquina de trabalho bruto e inconsciente [...] povos bárbaros e semibárbaros [...] pretos boçais e índios apáticos". (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 272 e 277).

É verdade que Caio, de certa forma, se redime de tais expressões de cunho racista, quando distingue o negro e o índio do escravo e atribui o caráter estreito, passivo e unilateral da contribuição desses elementos à nossa cultura ao próprio sentido da colonização, que os teria reduzido à condição de mera força física. Nesse sentido, ressalta que "nada mais se queria [deles] e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A animalidade do Homem, não a sua humanidade". Dessa forma, todo o arsenal de cultura trazido pelo escravo africano ou indígena teria sido abafado e deturpado pelo estatuto social, material e moral que a obra da colonização lhes havia reservado. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 272)

Uma das conseqüências mais nefastas da ampla disseminação do trabalho escravo, em vários setores da vida econômica e social do Brasil Colônia, foi a cristalização de uma ética de desvalorização do trabalho, transformado em

ocupação pejorativa e desabonadora, pelo lugar que ele ocupa na sociedade, restando apenas pequena margem de atividades laborais dignas destinadas ao homem livre.

Com efeito, o que distingue a estrutura social brasileira, no período em estudo, é o imenso vácuo que se abre entre os dois extremos da escala, representados, no topo, pela pequena minoria de senhores, dirigentes da colonização nos seus vários setores e, na base, pela grande quantidade de escravos, que constituem a massa trabalhadora. Entre esses dois extremos, afirma Caio, “[...] comprime-se o número que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 281).

Há que se destacar ainda o lugar central que o autor atribui ao clã patriarcal, na organização social brasileira, no que, aliás, sua análise não diverge das de outros autores, destacando-se dentre eles Gilberto Freire. Tendo como berço o grande domínio rural, o clã patriarcal é “a unidade econômica, social, administrativa e até de certa forma religiosa” em torno da qual se agrupa grande parte da população do país. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 286). É o palco de um conjunto de relações que vão além das derivadas da propriedade escravista e da exploração econômica, envolvendo “toda sorte de sentimentos afetivos” que abrandam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, ao mesmo tempo em que os reforçam, ao torná-los mais consentidos (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 289).

Dada a importância do grande domínio patriarcal, em termos de poder, riqueza e autonomia, os centros urbanos são vistos pelo autor como “um reflexo das condições dominantes no campo”, donde resulta que os senhores rurais também constituem aí a classe superior, acompanhados, porém, das altas autoridades da administração militar, civil e eclesiástica, as quais “gozam mesmo de preeminência social e protocolar” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 294). Destacam-se, além destas, os comerciantes como uma classe diferenciada e definida que, embora não desfrute de tanto respeito e prestígio, tem sua importância na vida colonial, por representarem a classe credora que financia a grande exploração, podendo, assim, fazer frente aos proprietários, enquanto classe possuidora.

No que se refere à administração portuguesa na Colônia, cuja análise merece um capítulo específico do livro, Caio Prado sintetiza a sua feição geral no esboço que se segue:

[...] falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento [...]; processos brutais empregados, de que o recrutamento e a cobrança de tributos são o exemplo máximo [...]; a complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competências; a ausência de métodos e clareza na

confecção de leis [...]; o excesso de burocracia dos órgãos centrais [...]; centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única [...].(PRADO JÚNIOR, 1972, p. 333).

Acrescente-se ainda a tudo isso uma justiça cara, morosa e inacessível à grande massa da população, a insegurança generalizada, o orçamento deficitário, o descaso geral para com os serviços públicos de educação, saúde pública, saneamento e infra-estrutura, bem como a imoralidade e a corrupção, na administração pública.

Todo esse caos é atribuído ao espírito particular que anima o governo metropolitano, cujos objetivos, ao gerir a sua Colônia, raramente foram além dos proveitos imediatos que podia auferir sob a forma de tributos. “Um objetivo fiscal, nada mais que isto, é o que anima a metrópole na colonização do Brasil” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 337).

Neste capítulo que trata da administração colonial, uma ênfase especial é conferida à Igreja como esfera de grande importância, não só pelo respeito e deferência que merece, mas pelo reconhecido poder que desfruta de imiscuir-se nos mais diversos assuntos, seja de natureza pública, seja privada.

Assim sendo, longe de se constituir em instituição autônoma e independente, a Igreja “se tornara um simples departamento da administração portuguesa e o clero secular e regular seu funcionalismo”, dada a colaboração e a identidade de propósitos que marcam a relação entre as autoridades civis e eclesiásticas da Colônia. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 331 – 333)

Finalmente, no último capítulo do livro, intitulado “*Vida Social e Política*”, Caio Prado Junior apresenta, com aguda clareza e capacidade de síntese, uma “visão do conjunto da obra da colonização portuguesa no Brasil”.

Nessa perspectiva, destaca, como primeiro grande traço que caracteriza o Brasil do início do século XIX, a ausência de nexos moral, sendo os mais fortes laços que mantêm a integridade social derivados das relações de trabalho e de produção, particularmente, da subordinação do escravo ao seu senhor. Além desses laços primários, acrescenta outros elementos secundários de integração, expressos na pressão exterior exercida pelo poder soberano da metrópole e em “uma certa uniformidade de atitudes, [...] de sentimentos, de usos, de crenças, de línguas. De cultura, numa palavra”. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 346).

De fato, a sociedade colonial é vista como sendo constituída de um núcleo central organizado, cujo elemento principal é a escravidão, e de um setor periférico, caracterizado por uma tal inorganicidade e incoerência que nele não se pode vislumbrar sequer uma estrutura social.

Para complementar a caracterização da vida colonial e das suas relações, são evidenciados os

traços mais profundos da psicologia e do caráter brasileiros, os quais podem assim ser resumidos: atitude relativa ao trabalho marcada pela indolência e pelo ócio; desregramento e promiscuidade no plano das relações sexuais; exacerbação sentimental e afetiva, no que diz respeito às relações entre homem – mulher e pais – filhos; superficialidade e mecanização do culto religioso; infinita tolerância no campo da moral e dos costumes.

Isso posto, Caio Prado Junior, em uma só frase, sintetiza o balanço geral dos três séculos de colonização que constitui o objeto central deste seu livro:

[...] incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 356).

Tal sistema, segundo o autor, já traz consigo, desde o início, os germes de sua autodestruição, os quais, vistos de outro ângulo, são, ao mesmo tempo, forças que se insinuam com nitidez crescente, pressionado por um processo de transformação que tem na independência política da Colônia apenas o seu marco inicial e cujo sentido e duração ainda não se mostram inteiramente claros para o autor, no momento em que escreveu esta obra, apontando apenas para o esgotamento das possibilidades do sistema colonial e para a necessidade de substituição por outro.

De fato, no início do século XIX, quando da transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil (que marca o início do processo que levaria inevitavelmente à nossa independência política e à formação de um Estado Nacional), a sociedade brasileira encontra-se em plena ebulição, evidenciada pela explosão de conflitos de toda ordem, envolvendo o grande proprietário rural e o comerciante português, o lavrador ou o escravo e o senhor de engenho, o branco e o mulato, o vendeiro e o pé-descaço.

Tais conflitos, adverte o autor, são meras manifestações multifacetadas de contradições cuja origem se encontra na estreita base econômica em que se assenta o sistema colonial, incapaz de incorporar e sustentar o crescente contingente de população que vive à sua margem, constituindo os chamados segmentos inorgânicos.

Na compreensão de Caio Prado Junior, é a presença marcante desses segmentos excluídos e inorgânicos, frutos do regime colonial, que mina o projeto de formação de uma verdadeira nação que, em sua concepção, pressupõe "a configuração de um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos e organizados econômica, social e politicamente, em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações". (PRADO JÚNIOR apud RICUPERO, 2000, p. 219).

Porém, em conformidade com a sua perspectiva dialética de análise, é no interior dessas formas inorgânicas da sociedade brasileira que o autor vislumbra o sujeito da transformação do estatuto colonial para o nacional, visto estarem tais setores voltados para um mercado interno ainda em formação.

Assim, mantendo a coerência que é peculiar ao autor, bem como a unidade entre teoria e prática que permeia a sua trajetória intelectual e política, o fio condutor de toda a obra de Caio Prado, até a publicação de "*A Revolução Brasileira*", é a tentativa de compreender, para superar, os elementos do passado colonial que persistem incrustados na sociedade brasileira, obstaculizando a concretização do almejado projeto de formação da nação.

Um traço que marca fortemente as suas obras subseqüentes é exatamente a sua insistência em denunciar a conservação do velho, do arcaico (relacionado à propriedade latifundiária, aos resquícios de relações escravistas no campo e à subordinação da economia aos imperativos do capital internacional), na estrutura da sociedade brasileira, mesmo depois da abolição da escravatura, da constituição da República e do avanço do processo de industrialização. Isto lhe valeu severas críticas como, por exemplo, a de ter subestimado as transformações ocorridas no país, advindas do acelerado crescimento industrial, experimentado a partir de 1930 e, sobretudo, na década de 50.

Contudo é exatamente na sua percepção da articulação entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno na formação econômica e social brasileira que Caio Prado Junior traz uma importante inovação na representação que faz do Brasil, como uma "via não clássica" de transição para o capitalismo, assim entendida pela ausência de processos de rupturas com as formas econômicas e sociais básicas. Ele também inova em sua interpretação acerca do subdesenvolvimento, ao romper com as visões dualistas, até então dominantes no pensamento social e político brasileiro, centradas na idéia de oposição entre as velhas e as novas estruturas, entre os setores atrasados e modernos, entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Diferentemente de tal perspectiva, Caio vê entre esses pólos uma relação de complementaridade, subordinação e dependência, no sentido de que o lado moderno se alimenta do atrasado, ao invés de encontrar neste um empecilho ao seu desenvolvimento.

Assim sendo, podemos dizer que Caio Prado Junior funda uma nova linha de análise para se pensar o Brasil contemporâneo, antecipando posições que são posteriormente retomadas e aprofundadas por outros importantes pensadores e intérpretes da sociedade brasileira, destacando-se, dentre estes, Francisco de Oliveira.

Tais posições têm se revelado pertinentes e fecundas para elucidar alguns de nossos principais problemas do presente e para iluminar a ação política, com vistas a superá-los, demonstrando, dessa forma, o caráter seminal de "*Formação do Brasil Contemporâneo*" enquanto livro que contém a sede de todo o pensamento do autor.

De fato "*Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*", além de conter o núcleo teórico em torno do qual se desenvolve toda a produção intelectual do autor, é reconhecidamente a expressão de um raro rigor metodológico na aplicação do materialismo histórico, demonstrando a fecundidade dessa forma de abordagem para a apreensão das particularidades da formação econômica e social brasileira, em sua articulação com a totalidade mais ampla em que se insere, ou seja, o sistema capitalista mundial. Assim sendo, revela-se, a nosso ver, extremamente útil para a compreensão do Brasil de hoje e não somente o do final do século XVIII e início do século XIX, corte temporal privilegiado como o marco a partir do qual se inicia o longo e, na ótica do autor, inconcluso processo histórico de transição entre a colônia e a nação, sob os pesados condicionantes do passado colonial.

A tese central desenvolvida por Caio Prado Junior, acerca do "*Sentido da Colonização*", pode contribuir para elucidar, dentre outras coisas, o caráter excludente de nosso processo de industrialização, desenvolvido sob a égide do modelo de substituição de importações, do qual resultou uma estrutura produtiva heterogênea (marcada pela convivência e articulação orgânica entre o arcaico e o moderno), como também um mercado de trabalho segmentado, com significativa participação do setor informal.

Da mesma forma, a referida tese pode fornecer subsídios para entendermos a fragilidade daquele modelo de industrialização, revelada pelos movimentos em curso de globalização da economia, de reestruturação produtiva e de reordenamento das relações internacionais, cabendo ao Brasil, neste contexto, uma inserção subordinada, cujos reflexos mais flagrantes são a desestruturação de alguns ramos industriais e a acentuação daqueles traços perversos herdados de nosso passado mais recente.

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. A "imagem do Brasil" na obra de Caio Prado Junior. In \_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, sd.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia do Livro, sd.

LAPA, José Roberto do Amaral. Caio Prado Junior: Formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. V.1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: ANTUNES, Ricardo et al. (orgs.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. V.1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Economia Brasileira**: crítica à razão dialética. Petrópolis: Vozes, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Adendo à Revolução Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 14, [19?].

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da USP; Fapesp. Ed. 34, 2000.

### Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

Doutora em Políticas Públicas; professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA  
E-mail:neval@elo.com.br

### Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n  
Campus Universitário do Bacanga  
São Luis-MA, Cep: 65.080-040